



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NR.10945/001.956/92-69

ACORDAO NR.105-8.903

Sessão de 10 de novembro de 1994

RECURSO NR.: 82.187 - PIS DEDUÇÃO - EX: DE 1988

RECORRENTE : MERCANTIL T.M. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

RECORRIDA : DRF em FOZ DO IGUAÇU - PR

CMEL/

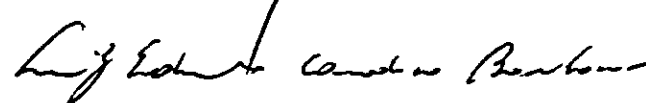
PIS DEDUÇÃO - DECORRENCIA - A decisão proferida no processo principal estende-se ao decorrente, na medida em que não há fatos ou argumentos novos a ensejar conclusão diversa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por MERCANTIL T.M. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos mesmos moldes do processo matriz, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1994


VERINALDO HENRIQUE DA SILVA - PRESIDENTE


LUIZ EDMUNDO CARDOSO BARBOSA - RELATOR

VISTO EM  AFONSO AUGUSTO RIBEIRO COSTA - PROCURADOR DA FAZENDA
SESSAO DE: 24 FEV 1995 NACIONAL

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: JOSE DO NASCIMENTO DIAS, HISSAO ARITA e AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO. Ausentes os Conselheiros GILBERTO CONGRO BASTOS e JACKSON MEDEIROS DE FARIAS SCHNEIDER.

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

PROCESSO No. 10.945/001.956/92-69

RECURSO No. 82.187 - PIS DEDUÇÃO - EX.: 1988

ACÓRDÃO No. 105-8.903

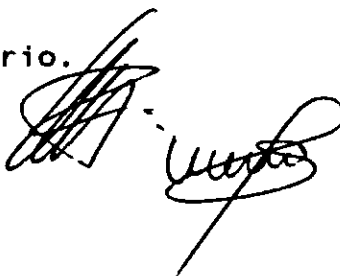
RECORRENTE: MERCANTIL T. M. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

RELATÓRIO

MERCANTIL T. M. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., teve contra si o Auto de Infração de fls., referente ao PIS DEDUÇÃO, em razão de exigência efetuada no âmbito do IRPJ.

Em suas razões de defesa, seja na impugnação ou recurso, o contribuinte vincula seus argumentos naqueles expendidos no procedimento matriz, repetindo-os.

E o relatório.

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, overlapping loops and strokes, positioned below the text "E o relatório."

Processo No. 10.945/001.956/92-69

Acórdão No. 105-8.903

VOTO

Conselheiro LUIZ EDMUNDO CARDOSO BARBOSA, Relator:

O recurso é tempestivo.

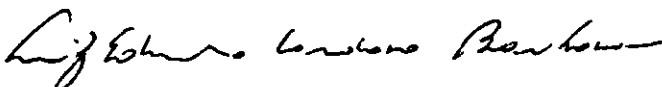
O processo principal, relativo ao IRPJ, foi julgado nesta Câmara em sessão de 10/11/94, através do acórdão 105.8.899 que, por unanimidade de votos, não conheceu do Recurso por intempestividade da peça impugnatória.

A jurisprudência deste Conselho é no sentido de que a sorte colhida pelo processo principal comunica-se ao decorrente, a menos que novos fatos ou argumentos sejam aduzidos, o que não ocorreu na espécie dos autos.

Isto posto, nego provimento ao Recurso.

E o meu voto.

Brasília - DF, 10 de novembro de 1994.


LUIZ EDMUNDO CARDOSO BARBOSA - RELATOR

